PODER

R$ 9 bilhões para Auxílio Brasil

Congresso aprova e Bolsonaro sanciona crédito especial que transfere o recurso do Bolsa Família para o novo programa

Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador Romário comandou a sessão em que deputados e senadores aprovaram o remanejamento de recursos

O Congresso Nacional aprovou, ontem, um crédito especial que transfere R$ 9,36 bilhões do atual orçamento do Bolsa Família para o pagamento do Auxílio Brasil. Depois de 18 anos, o Bolsa Família foi extinto na última segunda-feira. O novo programa social do governo começa a ser pago em 17 de novembro.

O PLN 26/2021 foi aprovado pelos deputados e pelos senadores em sessão conjunta do Congresso, e o presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto ontem mesmo.

O novo Auxílio Brasil terá um reajuste de 17,84%, com o tíquete médio passando a R$ 217,18. Hoje, o valor médio do Bolsa Família fica em torno de R$ 190.

As faixas que determinam o alcance do programa também foram reajustadas. Para ser enquadrada como família em situação de extrema pobreza, a renda familiar por pessoa passou de R$ 89 para R$ 100. Já a faixa de pobreza passou de R$ 178 para R$ 200 por pessoa.

O Congresso também aprovou, ontem, outro projeto que cria o programa do Auxílio Brasil dentro do Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023.

O programa vai beneficiar 14,6 milhões de famílias. O governo almeja contemplar mais de 17 milhões, mas isso ainda depende da aprovação da PEC dos Precatórios.

A proposta altera o cálculo do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação) e restringe o pagamento de precatórios (dívidas judiciais), abrindo espaço de R$ 91,6 bilhões no Orçamento de 2022. Essa folga é essencial para permitir o pagamento dos R$ 400 prometidos pelo presidente Jair Bolsonaro até o fim do ano que vem, quando o chefe do Executivo buscará a reeleição, e também ampliar o número de famílias contempladas.

A PEC já foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora depende do aval do Senado.

O deputado Danilo Forte (PSDB-CE), relator do PLN 26, ressaltou a importância da aprovação de recursos para o Auxílio Brasil. Na avaliação do parlamentar, as verbas podem tirar da miséria 17 milhões de brasileiros que não têm condições de levar alimentação para suas famílias. "É triste e deplorável viver num país em que somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, uma das 10 maiores economias do mundo, e nos depararmos com tanta tristeza e aflição nas ruas das cidades pelo Brasil inteiro", afirmou.

"Redenção"

O deputado lembrou que essa situação já poderia estar resolvida, já que, em 2019, apresentou o PLN 241, que previa a definição de um Orçamento para uma política pública de longo prazo, em um programa de renda mínima. Ele disse que tem visto muita miséria pelo interior do país, mas apontou que os recursos para o Auxílio Brasil podem representar "uma redenção". "Os programas de renda mínima continuados poderão dar a essas famílias uma oportunidade de ter uma vida com dignidade", concluiu.

A senadora Rose de Freitas (MDB-ES), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), elogiou a busca de entendimento com a oposição, que ajudou na aprovação das matérias no Congresso. Para a senadora, os recursos para os programas sociais são fruto da sintonia da oposição com os interesses do país. Ela ainda pediu mais atenção de deputados e senadores com a necessidade de apreciação dos vetos presidenciais. (**Com Agência Senado**)

Distribuição

Os recursos do PLN 26/2021 serão divididos da seguinte forma:

» R$ 9,268 bilhões vão para transferência de renda com benefícios e auxílios para 14.695 milhões de famílias.

» R$ 93,4 milhões se destinam ao apoio de municípios por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil.

» R$ 2 milhões serão gastos com gestão e disseminação de informações para o público do programa.

Fonte: Agência Senado

Por menos folga fiscal na PEC

» RAPHAEL FELICE
» LUANA PATRIOLINO

A PEC dos Precatórios, se aprovada no Senado, vai abrir espaço para o governo bancar o Auxílio Brasil de R$ 400 — medida com a qual o presidente Jair Bolsonaro quer melhorar sua popularidade, de olho na reeleição —, mas abrirá folga fiscal, também, para turbinar as emendas do relator, as RP9, que o Executivo usa para garantir apoio de aliados. Por isso, críticos da proposta na Casa trabalham para diminuir esse valor extra.

Senadores aproveitaram para cobrar, ontem, mais transparência nas RP9. Alessandro Vieira (Cidadania-SE) destacou que esse tipo de emenda "frustra" a transparência e a eficiência da distribuição dos recursos. "É reservado um pedaço significativo do orçamento, é colocado no nome do relator, mas, por baixo, você tem várias planilhas ocultas de negociação e distribuição para parlamentares de acordo com interesses momentâneos de votações, formação de base parlamentar. No final das contas, isso prejudica severamente o interesse público, porque você não consegue garantir o mínimo de planejamento, o mínimo de qualidade na execução do orçamento."

Vieira explicou, também, que a prática de usar dinheiro público para construção de base parlamentar não é uma novidade no Brasil e comparou o orçamento secreto a escândalos de corrupção, como mensalão e petrolão. "Quando você faz um histórico, tem essa necessidade de construção de maioria parlamentar, mas, em vez de ser feito por uma política virtuosa, no Brasil, isso é feito com base no dinheiro. Esse dinheiro já foi do mensalão, do petrolão e, agora, é o dinheiro do orçamento secreto", frisou. "Onde você faz uma distribuição que tem uma periodicidade e tem um objetivo vinculado a determinadas votações, não tem como não chamar isso de corrupção."

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) concordou com a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o pagamento das emendas de relator — a liminar dela foi respaldada por 8 x 2 no plenário virtual da Corte.

"O que diz a liminar da ministra Rosa Weber? Fica sustada a execução orçamentária até que se cumpra a publicidade e abram-se as informações sobre o orçamento. Portanto, a meu juízo, o que deve ser feito é exatamente isso: que se dê publicidade àquilo que está sendo executado. Eu não vejo nenhum mal nisso", comentou.

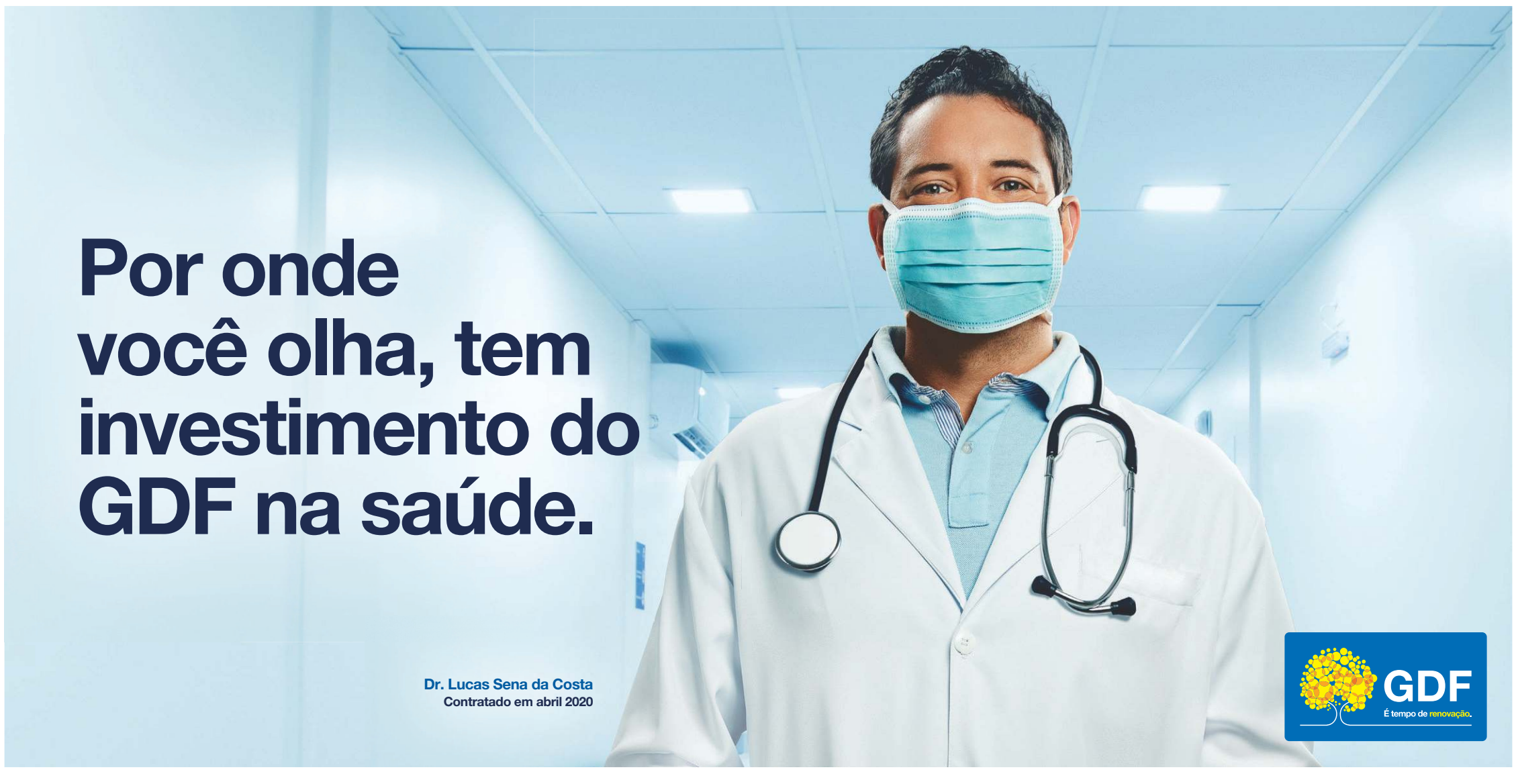
Já para o senador Marcelo Castro (MDB-PI), as RP9 estão sendo "demonizadas". Ele admitiu, no entanto, haver exageros na forma de execução da despesa. "As emendas de relator estão sendo demonizadas, mas não são um mal em si, não trazem um mal intrínseco", defendeu. "Depois da decisão do STF, temos de fazer uma autocrítica, porque houve um excesso, um exagero. Os ministros do Supremo votaram no sentido de que precisa haver transparência, mais comedimento. Está na hora de a gente dar um freio de arrumação e fazer uma coisa mais razoável, mais transparente, mais compartilhada", acrescentou.

O Orçamento de 2021 reserva R$ 16,8 bilhões para as RP9. A modalidade aponta ações atendidas com recursos, mas não deixa claro quem é o autor da emenda, uma vez que todas são apresentadas como despesas do relator.

Leia mais sobre PEC dos Precatórios na página 9

Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador Alessandro Vieira defendeu mais transparência sobre as RP9

Ações de partidos

O STF aprecia três ações de descumprimento de conceitos fundamentais apresentadas pelos partidos Cidadania, PSB e PSol contra o chamado "orçamento secreto". A liminar de Rosa Weber foi mantida por oito votos, com manifestações divergentes dos ministros Gilmar Mendes e Nunes Marques.